

**A erudição histórica na história da historiografia brasileira:
uma análise da memória acerca da historiografia oitocentista**

PEDRO AFONSO CRISTOVÃO DOS SANTOS¹

Essa comunicação é parte das reflexões de pesquisa de doutorado que estamos realizando (com bolsa FAPESP), sobre a erudição histórica no Brasil, no período 1838-1878, a partir da análise de cinco autores: José Ignácio de Abreu e Lima, Francisco Adolfo de Varnhagen, Alexandre José de Melo Morais, Joaquim Felício dos Santos e Joaquim Caetano da Silva. Nesse texto, pretendemos resumir a memória acerca desses autores instituída por comentadores da historiografia brasileira a partir de fins do século XIX, e observar as mudanças na apreciação do papel da erudição na historiografia brasileira ao longo do século XX.

Os estudos sobre erudição histórica têm recebido, nos últimos anos, crescente atenção da historiografia brasileira, redundando em trabalhos de grande qualidade. Observa-se, porém, quando se trata da historiografia produzida no Segundo Império, um predomínio dos estudos sobre Varnhagen e o IHGB. De certo modo compreensível, dada a importância do historiador e da instituição, tal preferência acaba por obliterar a relevância dada pelos primeiros estudiosos daquela historiografia a outros nomes tidos como referências no quesito erudição, como Joaquim Felício dos Santos, autor de *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* (1868), e, notadamente, Joaquim Caetano da Silva, médico e diplomata gaúcho que se destacou nas questões territoriais do Segundo Império, apoiando a defesa dos interesses brasileiros em um vasto e minucioso conhecimento dos documentos históricos sobre estas questões, elevando-se, de forma geral, nos estudos de história geográfica. Além de João Francisco Lisboa, também considerado historiador de grande erudição, que já teve, entretanto, esse aspecto de sua produção contemplado no abrangente estudo de Maria de Lourdes Monaco Janotti.²

¹ Doutorando em História Social do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP.

² JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Editora Ática, 1977.

Ao nos referirmos aos primeiros estudiosos da historiografia imperial, queremos dizer os historiadores da literatura brasileira, do final do século XIX, que incluíam a historiografia como um capítulo dessa literatura, a exemplo de Sílvio Romero e José Veríssimo, bem como os primeiros autores a darem à historiografia um estudo específico.³ Para Romero, Veríssimo, Capistrano de Abreu e Alcides Bezerra, por exemplo, deve-se juntar a Varnhagen, quando considerados os grandes eruditos em história do Brasil no Segundo Império, os nomes de João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva (além de outros apontados com mais ou menos frequência, de que vale destacar Cândido Mendes de Almeida); sendo que, pela natureza da produção que deixou, Joaquim Caetano seria o grande praticante de uma história erudita, no Brasil. Para esses autores, Joaquim Felício dos Santos deveria também ser lembrado, por uma monografia de grande erudição: as citadas *Memórias do Distrito Diamantino*. Na constituição da história como saber próprio, a erudição, entendida como estudo de primeira mão, direto nas fontes, e estabelecimento rigoroso dos fatos (ou de sua feição mais provável, de acordo com os documentos), ocupava lugar essencial, aparecendo como traço marcante entre os autores considerados historiadores de fato.

A erudição parece tornar-se, entretanto, um ponto de discórdia na historiografia brasileira antes da metade do século XX. À exceção de José Honório Rodrigues, que segue trabalhando com maior variedade os autores do século XIX, sem fugir muito à caracterização dada pelos primeiros estudiosos, que resumimos acima (bem como faria Francisco Iglésias, em *Historiadores do Brasil*), a erudição passa a ser vista, ao menos por alguns historiadores, como um traço retrógrado, quase um obstáculo ao desenvolvimento da ciência histórica no Brasil; desenvolvimento esse que corresponde a sua integração às ciências sociais, conforme proposto pela chamada “Escola dos *Annales*”. A marca desse movimento renovador da historiografia parece ser grande aqui, pois a rejeição à história erudita lembra a caracterização, pelos *Annales*, de historiadores “positivistas”, à geração que lhes antecede, a geração de Langlois e Seignobos – vale dizer que outras perspectivas historiográficas, como a trazida pelo marxismo, também

³ José Honório Rodrigues considera quatro os textos precursores da história da historiografia brasileira, por tratarem desse objeto fora do âmbito das histórias da literatura: o “Necrológio de Varnhagen”, de Capistrano de Abreu [1878]; “Os historiadores do Brasil no século XIX” [1927], de Alcides Bezerra; “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos” [1951], de Sérgio Buarque de Holanda – que, como esclarece o título, não abrange o Oitocentos; e “Estudos históricos no Brasil” [1951], de Astrogildo Rodrigues de Mello. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Primeira parte: Historiografia Colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2. ed., 1979, p. XV-XVI.

contribui para essa crítica da erudição (veremos as posições de Nelson Werneck Sodré, por exemplo). Embora com defesas (em geral dedicadas a destacar a erudição como aspecto básico do trabalho do historiador, conquanto nunca um fim em si, como para Jean Glénisson, Sérgio Buarque de Holanda, Alice P. Canabrava), a erudição também começa a ser vista, ao menos dependendo de como é praticada, como um entrave ao desenvolvimento dos estudos históricos.

Uma retomada do estudo dessa faceta observa-se, porém, nas últimas décadas, concomitante ao crescimento da história da historiografia no Brasil, desde fins dos anos 1960.⁴ Com trabalhos notáveis, mas em geral centrados no IHGB e em Varnhagen (Manoel Luiz Salgado Guimarães, Temístocles Cezar, Taíse Tatiana Quadros da Silva, entre outros), a historiografia brasileira passou a atentar para a erudição enquanto traço da prática dos historiadores.

Para os autores de histórias da literatura brasileira, onde se incluíam os estudos sobre historiografia, a erudição figurava entre os principais atributos dos grandes historiadores. Sílvio Romero e José Veríssimo, por exemplo, compartilham dessa visão, e convergem (malgrado as diferenças entre suas análises) para uma hierarquia dos autores de estudos históricos no Brasil segundo esse critério, que terá Varnhagen, Joaquim Caetano da Silva e João Francisco Lisboa no mais alto nível.⁵ As apreciações

⁴ Cf., para a história da historiografia no Brasil, NOVAIS, Fernando A. “Problemática da Historiografia Brasileira”. In: ARRUDA, José Jobson, e FONSECA, Luís Adão da (org.). *Brasil – Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001, p. 571-582, e ARAÚJO, Valdeí Lopes de, e NICOLAZZI, Fernando. “A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo”. ARAÚJO, Valdeí Lopes de. [et al.] Organização. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, p. 7-14.

⁵ Para Sílvio Romero, Varnhagen era “o segundo em mérito de nossos historiadores” (o primeiro era João Francisco Lisboa). “E êsse merecimento lhe vem da *erudição séria, do estudo direto dos documentos nos arquivos, nas bibliotecas, nos cartórios*; e mais de não se ter êle limitado a fazer pequenas monografias e sim em ter levado a ombros a emprêsas mais árduas, à história geral do país, e à história de duas fases memoráveis de sua vida, a das lutas com os holandeses e a da independência nacional” (ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. 6ª edição, organizada e prefaciada por Nelson Romero. 1ª edição: 1888, p. 1551, grifo nosso). João F. Lisboa, por sua vez, possuía “a beleza do estilo, claro, conciso, correto, vibrante, por vêzes; a *erudição segura, de primeira mão* [grifo nosso]; o espírito liberal e humanitário; a análise percuciente, seguida de rápidas e lúcidas sínteses; a atenção que deu aos problemas etnográficos na formação da população; a inquirição acêrca do estado jurídico do povo e das condições da administração colonial; a referência segura ao estado econômico dos colonos, às condições do trabalho, ao drama pungente da escravidão dos índios, às lutas dos colonos com os jesuítas, às vacilações do govêrno da metrópole nas mais graves questões, à rapacidade e aos desmandos dos funcionários e magistrados, ainda os mais notáveis” (p. 1574). Joaquim Caetano da Silva “foi acima de tudo uma consciência, meticulosamente pura, aplicada ao estudo. Escreveu pouco; mas este pouco é de enorme valor pela escrupulosa investigação, aturada análise, pacientíssimo exame

da historiografia brasileira do final do século XIX, início do século XX, em geral legarão essa memória constituída, destacando esses três autores como modelares no quesito erudição, denotando a história como saber específico, dotada de procedimentos e métodos próprios. Autores como Pereira da Silva serão criticados pelo excesso de imprecisões em suas obras. José Ignácio de Abreu e Lima, que, nas últimas décadas, tem aparecido como objeto de estudo em alguns trabalhos de qualidade,⁶ foi comumente classificado como publicista, ou orador, um retórico, não um autor de estudos históricos propriamente dito.⁷

Por outro lado, erudição jamais teve o sentido de profusão de citações de documentos. Assim, Melo Morais, autor de obras com vastas disposições documentais, foi retratado, no final do século XIX, como um colecionador de documentos, ou um compilador, também não chegando ao panteão dos historiadores de fato.⁸ A

de que foi resultado. Era o tipo do erudito, do espírito que não se aventura a escrever duas linhas sobre qualquer coisa sem ter percorrido toda a literatura do assunto” (p. 1582). Veríssimo exporá juízos semelhantes, colocando Lisboa acima de Varnhagen (VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira* de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Introdução de Heron de Alencar. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963). Capistrano de Abreu, em artigos sobre Varnhagen de 1878 e 1882, não fugirá muito, também, dessa caracterização dos autores. Para Capistrano, apenas “dois brasileiros poderiam escrever a história de nossa pátria melhor do que ele [Varnhagen] o fez – Joaquim Caetano da Silva com sua perspicácia maravilhosa, com sua lucidez de espírito, com seu gosto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber inverossímil; e João Francisco Lisboa, com seu modo abundante, com sua ironia ácida, com sua pungência doentia, com seu pessimismo previdente, com a intuição que fervilhava de suas páginas” (ABREU, Capistrano de. “Sobre o Visconde de Porto Seguro” (1882). *Ensaios e Estudos: crítica e história*, 1ª. série, 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 137). Todos valorizam ainda Joaquim Felício dos Santos, um autor também erudito, mas de importância reduzida em função de ter escrito monografia, e não obra geral. Felício, em exemplo de argumentação erudita, desmentiria Varnhagen quanto a ter sido o pai o historiador sorocabano o introdutor da fundição de ferro no Brasil, em capítulo das *Memórias do Distrito Diamantino*.

⁶ Como MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH/USP, 2007.

⁷ Para Sílvio Romero, por exemplo, que o incluiu entre os “Publicistas e Oradores”, Abreu e Lima “Poderia ter um nome seguro e brilhante entre os historiadores, se tivesse feito pesquisas originais. Não as fez infelizmente, limitando-se a compendiar os livros de seus antecessores. Ainda assim, seus trabalhos do gênero são dignos de leitura, porque são bem redigidos” (ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960. 6ª edição, organizada e prefaciada por Nelson Romero. 1ª edição: 1888, p. 1602). Para Capistrano de Abreu, “Abreu e Lima é um compilador, inteligente, é verdade, mas já antiquado quando apareceu sua obra, muito mais agora que sobre ela passaram mais de quarenta anos de estudos históricos” (“Sobre o Visconde de Porto Seguro” (1882), p. 146).

⁸ Para Capistrano, “Melo Morais é um colecionador. Nos cinco volumes da *Corografia*, nos quatro do *Brasil Histórico*, na *História do Brasil Reino e Império*, na *História da Independência*, ele publicou muita coisa importante, porém alheia. O que lhe pertence é tão pouco, que não é fácil encontrar” (“Sobre o Visconde de Porto Seguro” (1882), p. 146).

disponibilização de documentos que suas obras realizavam, imprimindo (às vezes com falhas) documentos de difícil acesso, valeram-lhe algum apreço, e podemos conjecturar que mesmo os autores com pretensão (e reconhecimento) de serem historiadores de fato, não deixavam de buscar o mérito que era conferido a quem transcrevia documentos em suas obras. O *Catálogo da Exposição de História e Geografia da Biblioteca Nacional*, de 1881, é um bom índice da importância dessa divulgação de documentos, e de como os autores que a faziam logravam, por esse meio, obter reconhecimento nos anais da historiografia brasileira.⁹

Pode-se ainda afirmar que a geração do final do século XIX, início do século XX, foi continuadora das práticas eruditas da geração que lhe antecedeu. A edição de documentos históricos, a produção de pesquisas voltadas à resolução de questões particulares, factuais, da história do Brasil, ocupou-lhes consideravelmente. Capistrano de Abreu dá seqüência à prática de desencavar obras de arquivos e reeditá-las, e não o faz sozinho, contando com colaboradores como Alfredo do Vale Cabral e José Alexandre Teixeira de Melo. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, também realizou edições críticas (inclusive da *História da Independência*, de Varnhagen), e deu seqüência à aplicação da erudição nas questões diplomáticas do Brasil, onde contou com o apoio, por exemplo, de Joaquim Nabuco. Vários periódicos, como os *Anais da Biblioteca Nacional*, a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, a *Revista do IHGB* e as publicações dos institutos históricos regionais, dedicavam muitas de suas páginas à publicação de documentos copiados nos arquivos, ou a trabalhos que visavam esclarecer alguma questão pontual, não resolvida pela historiografia. Nomes não muito lembrados em nossa historiografia, atuantes no fim do século XIX, e primeiras décadas do século XX, como José Alexandre Teixeira de Melo, Alfredo do Vale Cabral, Ramiz Galvão, Eugênio de Castro, Guilherme Studart, Rodolfo Garcia, juntam-se aos mais conhecidos Capistrano, Rio Branco, Afonso Taunay e Nabuco no que pode ter sido, a nosso ver, uma continuação (mesmo que crítica) das práticas eruditas que viam em

⁹ No *Catálogo*, autores como Varnhagen e Melo Moraes apareceram, quando suas obras foram citadas enquanto meio de acesso a um documento, da mesma forma que eram citados autores de anais ou crônicas da primeira metade do século XIX, obras muitas vezes pródigas em transcrições de documentos. Observe-se a seqüência das entradas 5712, 5713 e 5714, que dá a localização de três documentos, respectivamente, na *História Geral* de Varnhagen, nos *Anais do Rio de Janeiro* (1834) de Balthazar da Silva Lisboa, e no *Brasil Histórico* de Melo Moraes. *Catálogo da exposição de história do Brasil* / introdução de José Honório Rodrigues; apresentação de B.F. Ramiz Galvão. Ed. fac-similada. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, c. 1981, p. 486.

Varnhagen, Joaquim Caetano da Silva e outros. Capistrano e Rio Branco, em particular, com edições críticas de grande esforço (a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, do primeiro, edição de 1918, e a *Guerra da Tríplice Aliança*, de Louis Schneider, de 1902, do segundo, sendo os casos exemplares) e pesquisas voltadas a questões específicas, talvez sejam os principais exemplos da importância constante das práticas eruditas nessa geração. Por isso mesmo, Nelson Werneck Sodré identificará em Capistrano a tendência erudita de fins do século XIX, na historiografia brasileira.

Um indício da consolidação dessa memória da historiografia brasileira talvez seja a conferência “Os historiadores do Brasil no século XIX”, de Alcides Bezerra (1926, publicada em 1927). Os juízos de Bezerra sobre os historiadores brasileiros do Oitocentos são basicamente os mesmos que encontramos em Sílvio Romero, José Veríssimo e Capistrano de Abreu, com alguns momentos de reveladora originalidade, como ao caracterizar Melo Moraes como um “retardatário cronista”.¹⁰

Um novo momento inaugura-se, porém, nos anos seguintes ao do texto de Alcides Bezerra. A primeira grande crítica à erudição na historiografia brasileira talvez venha na obra *O Brasil na História*, de 1930, de Manoel Bomfim. Um alvo primordial de crítica, nessa obra, é Varnhagen, “o systematisador dessa história – para o Imperio e contra o Brasil”,¹¹ contra a qual se volta Manoel Bomfim. Bomfim dedica considerável espaço à *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, consultada por Varnhagen em Portugal, mas nunca editada, ou mesmo citada por completo, pelo autor da *História Geral*. Para Bomfim, foi um caso de supressão deliberada de uma obra em que a nacionalidade brasileira revelava-se incontestavelmente. Se para outros comentadores de Varnhagen a descoberta da obra de frei Vicente por si só seria contribuição de valor às letras nacionais, para Bomfim era imperdoável que o Visconde de Porto Seguro não lhe tenha trazido à luz, mantendo-a no esquecimento de que só Capistrano de Abreu a tiraria, pela primeira vez em 1886. Nessa linha, Bomfim questiona (com base em Capistrano de Abreu) as práticas eruditas de Varnhagen:

Ha mesmo a circumstancia de que o exemplar de que o exemplar [de frei Vicente] que esteve em suas mãos desapareceu. Por que procedera assim o Sr. Varnhagen? Ou julgou não dever concorrer para reforçar as legitimas tradições brasileiras, fornecendo

¹⁰ BEZERRA, *op. cit.*, p. 10.

¹¹ Utilizamos aqui a edição de 1935: BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 63.

mais argumentos contra a metropole, ou preferiu guardar para si a descoberta, servindo-se, no encoberto desescrupuloso, do trabalho de Fr. Vicente. O mais acertado será admitir a combinação dos dois motivos: O Sr. de Porto Seguro era um meditador, e tinha sempre fortes razões de proceder. *Aliás parece que era vezo, no seu historiar, o esconder documentos de que se servia* [grifo nosso]. Além dessa vez Capistrano aponta duas outras em que, a respeito de Pero de Goes e de Cosme Rangel “... Varnhagen encontrou documentos que não especifica e não são conhecidos...” E, agora, no interesse da historia do Brasil: *Que respeito e credito pode merecer um tal historiador?* [grifo nosso] Que orientação esperar de historias assim entendidas e realizadas?¹²

Manoel Bomfim eleva a questão a outro nível, ao proceder a uma crítica generalizada da erudição oitocentista, em sua maioria cabível na expressão de Thomas Carlyle para (des)qualificar a história “factual” do período: “dry-as-dust”.¹³

Sua crítica pode ser entendida como parte de uma reação geral à historiografia oitocentista. A convergência da crítica de diversas origens à história erudita oitocentista, abrangendo suas concepções de “fato histórico” e de “conhecimento histórico”, aparece muito bem exposta no excelente apanhado da história da erudição feito por Jean Glénisson na seção “A Erudição e as ‘Ciências Auxiliares’ da História”, na obra *Iniciação aos Estudos Históricos* (1961). Glénisson defende a pertinência e mesmo necessidade da erudição nos estudos históricos, e aponta os caminhos de sua desvalorização, nas primeiras décadas do século XX, após a “orgia de erudição” (aspas suas) do século XIX:

Continuamos a viver e a trabalhar sôbre esta base [a erudição oitocentista]. Que se tenha verificado uma passageira diminuição dos esforços, após a ‘orgia de erudição’ do século XIX, isto não é de molde a causar surpresa, se levarmos em conta a ação convergente – igualmente desfavorável aos trabalhos eruditos – da escola dos *Annales*, na França, e do ensino de Benedetto Croce, na Itália.¹⁴

Glénisson esclarece a articulação da crítica à história erudita às novas concepções de “fato histórico”.¹⁵ Aponta a emergência de uma concepção “idealista” (com aspas suas)

¹² Idem, p. 68.

¹³ BOMFIM, Manoel. *O Brazil na Historia*. Deturpação das tradições. Degradação politica. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930, pp. 120-122.

¹⁴ GLÉNISSON, Jean (com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa). *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961, p. 104.

¹⁵ “Quando Croce, Collingwood, Lucien Febvre, Charles Morazé, notadamente, lançarem-se ao assalto das posições nas quais Langlois e Seignobos – e muitos outros com eles – haviam acreditado

de fato, “nascida entre os filósofos alemães [provavelmente pensa em Dilthey, Rickert, Windelband, entre outros, do fim do século XIX] e progressivamente divulgada entre os historiadores”.¹⁶ Nessa concepção, o fato não é um dado da realidade, prévio à investigação do historiador, que será por este extraído dos documentos. Fato é “uma abstração, uma construção do espírito”.¹⁷

A crise das ciências naturais como paradigma epistemológico, nas décadas finais do século XIX, cresce, em diferentes sentidos, com o início do século XX. A física einsteiniana abala as certezas da física newtoniana, embora, simultaneamente, não a invalide por completo (ou seja, não se substitui um paradigma a outro). Russell, Moore, Wittgenstein, entre outros, voltam-se para o questionamento dos fundamentos da matemática (de certo modo, como os historiadores e filósofos da história, ao se questionarem sobre o que é o fato histórico). Lucien Febvre fez menção a esse contexto,¹⁸ e à impossibilidade da história passar incólume a ele.¹⁹ A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) viria para interferir não apenas no campo das idéias, mas, no caso da produção erudita, em sentido bastante específico, e desagregador; segundo Glénisson, a I Guerra “votou” a classe dos eruditos “a um desaparecimento progressivo”: “As novas condições econômicas impediram a manutenção do mesmo ritmo de publicação dos *in-folio*, de uma tipografia minuciosa, que os eruditos

estabelecer para sempre a história, visaram eles, particularmente, com efeito, a concepção ‘positivista’ do fato histórico, *que era justamente, aos seus olhos, um dos pontos de apoio da história erudita* [grifo nosso]” (Idem, p. 129).

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ Idem, p. 130-131. Além dos autores já presentes nas citações transcritas, Glénisson também cita Carl Becker.

¹⁸ Que Eric J. Hobsbawm denomina a época das “certezas solapadas” (*A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009).

¹⁹ “De ahí se sigue que la historia no puede quedar al margen de las transformaciones de la ciencia, teniendo en cuenta que las ciencias de la naturaleza han sufrido los efectos de una verdadera revolución ideológica en las dos últimas décadas; que han visto cómo se hundía, gracias a una serie de rápidos y sorprendentes progresos de la física, toda la construcción teórica elaborada por generaciones de sábios en los siglos XVII, XVIII y XIX; que el intento de explicar el mundo mediante la mecánica ‘racional’ ha terminado en fracaso al romper lo concreto los marcos de lo abstracto; que se ha hecho necesario proceder a una revisión de conjunto de todas las nociones científicas con las cuales se había vivido hasta ahora; que, finalmente, a esta revisión no ha escapado nada de lo que es esencial: ni la concepción del hecho científico, ni la de la ley; ni la de la necesidad; ni la de la contingencia; ni siquiera la concepción de las propias ciencias y de la ciencia misma... de la ciencia que construye su objeto con la constante y grave intervención de los científicos. Quiéralo o no, la historia está implicada en todo esto. La historia se hace risible cuando se obstina en referirse a todo un bagaje de ideas que tienen un siglo de antigüedad y son rechazadas hoy por los científicos de quienes no hace mucho tiempo la historia las tomo prestadas. Y se es verdad que todas las ciencias son solidarias, la historia se hace risible por nada, por mero gusto”. FEBVRE, *Combates...*, *op. cit.*, p. 87-88.

preparavam durante anos. Prejudicaram, também, a edição de revistas locais, onde os pesquisadores faziam aparecer diversos de seus trabalhos. Por um momento, justificava-se a dúvida, a respeito da sobrevivência da erudição”.²⁰

No Brasil, já se vê em Manoel Bomfim a crítica à história erudita, e outros autores, que trazem novas perspectivas para a historiografia, reafirmarão, por sua vez, essa posição - muito embora a prática de vários historiadores particulares e instituições (especialmente os institutos regionais) continuassem, cremos, pautadas por aquelas práticas agora sob questionamento. Nelson Werneck Sodré, em *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (primeira edição de 1945), exporá crítica à tendência erudita da nossa historiografia. As edições subsequentes de *O que se deve ler para conhecer o Brasil* foram consideravelmente alteradas, sobressaindo-se o maior espaço e importância dados à seção dos “Estudos históricos”. Na primeira edição, essa seção ocupa o item H do capítulo “Estudos Especiais”.²¹ Nas edições seguintes, a parte de historiografia vem ampliada, e torna-se o primeiro item dos “Estudos Especiais”. Tomamos aqui a quarta edição, de 1973.

Para Sodré, o trabalho de coleta de dados e estabelecimento de fatos, bem como de revelação de fontes, credenciam a leitura de Varnhagen e da historiografia do IHGB, por meio de sua revista; além do que ao autor da *História Geral* vale acrescentar, como ponto positivo, a tentativa de elaborar uma síntese de nosso passado colonial. Entretanto, Sodré vai logo apontar a emergência de duas tendências “desfiguradoras” da historiografia brasileira, no Oitocentos:

Na segunda metade do século XIX, na mesma medida em que instituições congêneres [ao IHGB] começam a surgir nas Províncias, a historiografia assinala a tendência, que não era peculiar ao Brasil, de ver na História um gênero literário, apropriado ao discurso, à homenagem cívica. Ao aproximar-se o fim do século, a tendência é neutralizada em parte por outra, que leva à erudição, à pesquisa

²⁰ GLÉNISSON, *op. cit.*, p. 81.

²¹ A obra divide-se, em 1945, em “Introdução”, “Desenvolvimento Histórico”, “Estudos Especiais” e “Evolução da Cultura”. Nas novas edições, o plano permaneceu o mesmo, com o título da última seção passando a “A Cultura Brasileira”. Vale dizer que as partes que precedem, na primeira edição, os estudos históricos, os itens de A a G de “Estudos Especiais”, são, em ordem progressiva: estudos econômicos, arqueológicos, antropológicos, etnográficos, sociais, lingüísticos e geográficos. Cf., sobre a construção de uma memória da historiografia brasileira, FRANZINI, Fábio, e GONTIJO, Rebeca. “Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960”. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.

detalhista, ao exame dos documentos, à consulta de arquivos, à controvérsia minuciosa, destinada a regular pontos obscuros e dúvidas de pessoas e lugares acumuladas em quatro séculos. Os exemplos quanto à primeira tendência são numerosos. Quanto à segunda, o típico é Capistrano de Abreu, que faz escola.²²

A síntese de Sodré surpreende, nesse ponto. Não pela localização da tendência erudita em Capistrano (que nós mesmos afirmamos acima), mas por não remetê-la à própria linha de Varnhagen e do IHGB, apontando, segundo a citação acima, o fim do século XIX como momento de emergência dessa tendência, que talvez já possa ser localizada desde, ao menos, a fundação do IHGB. Mas interessa-nos aqui, principalmente, sua atitude em relação a esse tipo de pesquisa, e são significativos, quanto a isso, os apontamentos de Sodré a respeito do desenvolvimento dessas tendências no século, notadamente o autor que destaca ao assinalar uma virada no pensamento historiográfico:

O calo literário, como o calo erudito, estão ainda presentes na historiografia brasileira, desfigurando-a. Mas, já na terceira década do século XX são evidentes os sinais de revisionismo, menos de método, embora também quanto a estes, do que de julgamento. Nesse sentido, tem posição apaixonada mas não destituída de importância Manuel Bomfim.²³

As tendências literária e erudita são “calos” que “desfiguram” a historiografia brasileira. Ainda presentes (a edição é de 1973), começaram, entretanto, a sofrer críticas, e Manoel Bomfim, que analisamos acima, constitui, para Sodré, expressão importante dessa nova posição.

Nas décadas seguintes, a erudição passaria por uma defesa que visou destacá-la como componente do trabalho do historiador, embora nunca devendo constituir um fim em si. Nesse sentido lemos as considerações de Sérgio Buarque de Holanda e Jean Glénisson. Tratava-se inclusive de discutir se ainda havia espaço para a pesquisa erudita no trabalho dos historiadores, após tão avassaladoras contestações. Jean Glénisson ofereceu resposta afirmativa, nos anos 1960,²⁴ e Sérgio Buarque também procura posição que não descarte o lugar da erudição no trabalho do historiador.²⁵ Glénisson, em

²² Idem, p. 221.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ GLÉNISSON, *op. cit.*, p. 83-84.

²⁵ Cf., por exemplo, “O Pensamento Histórico no Brasil nos Últimos Cinquenta Anos” (1951), *op. cit.*, e *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, pp. 61-62.

sua análise, cita um autor talvez marco para uma reavaliação do papel da erudição na história da historiografia: Arnaldo Momigliano.²⁶ Chega à conclusão de que a erudição é (e deve ser) parte indispensável do ofício do historiador. No caso da história da historiografia brasileira, uma tradição de erudição que vinha do século XIX seria contemplada pelos primeiros estudos abrangentes dessa história. Referimo-nos a José Honório Rodrigues, e, em menor escala, à obra *Historiadores do Brasil*, de Francisco Iglésias. Em ambos, chegaremos a reencontrar alguns dos juízos sobre os autores oitocentistas presentes já nas análises de comentadores do final do período imperial, com os quais abrimos nossas reflexões.

Quanto ao papel que desempenhou na história da historiografia brasileira, se foi eminentemente positivo, ou se foi desfigurador, como quis Nelson Werneck Sodré, manteve-se espaço para debate. O *Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros*, realizado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, em 1971, que teve seus *Anais* publicados em 1972, compreendeu, entre diversas áreas da cultura brasileira, uma Área de História. Os procedimentos na área começaram com uma exposição de Alice Piffer Canabrava denominada *Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira*. Canabrava assim descreve o momento oitocentista:

O grande monumento da historiografia do século XIX é a *História do Brasil* (1853) [sic] de F. A. Varnhagen, ligada de certo modo aos grandes objetivos do Instituto [Histórico e Geográfico Brasileiro]. Construído essencialmente com documentos, marca nova atitude no trato dos mesmos, com análise crítica rigorosa. É uma História factual, político-administrativa, mas também uma história das elites, que retrata os prejuízos de classe de seu Autor.

Ligaram-se à atividade estimulante do Instituto numerosos trabalhos realizados no século passado [XIX] com respeito à História das províncias e dos municípios, fruto da pesquisa nos arquivos locais, instrumentos indispensáveis como contribuição de base empírica. Concomitantemente surgiram as primeiras publicações periódicas

²⁶ Momigliano trouxe à tona a importância do antiquariato para a história, e, como estudioso da erudição, foi importante para autores como Anthony Grafton e Carlo Ginzburg. Traduzido para o português, do autor, há MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Carlo Ginzburg, na realidade, considera que Momigliano de fato contradisse Benedetto Croce na questão da erudição. Referindo-se ao ensaio “Ancient History and the Antiquarian” (1950), de Momigliano, Ginzburg afirma: “By demonstrating that seventeenth- and eighteenth-century antiquarian erudition had made a decisive contribution to the rise of historiography in the modern sense of the term, Momigliano in fact contradicted the subordinated function that Croce had assigned to erudition (but which he himself practiced with high mastery)” (GINZBURG, Carlo. “Momigliano and the Martino”. “The Presence of the Historian : Essays in Memory of Arnaldo Momigliano”, *History and Theory. Beiheft* 30, 1991, p. 46).

destinadas à divulgação das peças documentais, como os *Anais da Biblioteca Nacional* (1876) a *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1896).²⁷

Na direção do final do século XIX, também a autora aponta Capistrano de Abreu como figura saliente, mas vê sua erudição diretamente ligada à geração precedente: “Na sua preocupação pelos fatos é um continuador da escola empírica”.²⁸

Entre os comentários à apresentação de Alice P. Canabrava, encontram-se os da Profa. Cecília Maria Westphalen. Para Westphalen, se, no século XIX, o programa do IHGB, bem como as obras de Varnhagen e Capistrano de Abreu, estavam “perfeitamente entrosada [s] com as modernas correntes do pensamento histórico (...) sobretudo, com a Escola Histórica Alemã”,²⁹ a permanência daquela historiografia na passagem para o século XX levaria a uma “defasagem” da produção nacional em relação aos principais centros do pensamento historiográfico. O trecho é longo, mas vale, acreditamos, sua transcrição:

Mas, à medida que a História do Brasil se tornava positivista, verifica-se – a partir do início do século, apesar da presença atuante de Capistrano de Abreu e das suas experiências não sistematizadas, de relacionamento da História com as demais Ciências, o que êle aliás enfatizava em relação à Geografia – uma defasagem entre as motivações e a qualidade da produção historiográfica nacional, ligada ainda direta ou indiretamente aos Institutos Históricos, e aquela que se renovava principalmente pelo movimento da *Revue de Synthèse Historique*.

E o divórcio torna-se flagrante e irreparável pelo contínuo e progressivo afastamento que se verificava entre os historiadores do Brasil, prêsos a uma História consagrada unicamente à pesquisa e à determinação de *fatos* que ela descobria nos documentos, quase sempre *documentos escritos*, psicológica e individualista, e aquêles que, como os franceses do grupo de *Annales*, viviam a inquietação da História, rasgando-lhe novas perspectivas.

²⁷ *Anais do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros e I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, 1972, p. 6.

²⁸ Idem, p. 7. Em outros estudos, Canabrava tratou mais detidamente da relação entre esses autores: “Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu”. In: *Revista de História da USP*, número 18 (88), outubro/dezembro, 1971; “Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu”. In: *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2005. Neles, remonta a crítica documental de ambos à historiografia alemã do século XIX: “Capistrano de Abreu foi um continuador de Varnhagen, quando o apreciamos sob um aspecto, a técnica e a problemática da pesquisa documental. É um discípulo da escola histórica alemã. (...) [Capistrano] desenvolve um trabalho cujas características são semelhantes ao de Varnhagen: descobriu e comentou peças documentais valiosas, distinguiu textos fidedignos no confronto de diferentes cópias, ou reconstruiu a urdidura de sua construção íntima, graças à riqueza da erudição e capacidade invulgar de análise” (2005).

²⁹ *Anais*, op. cit., p. 36-37.

Dos *debates* e *combates* não somente estavam ausentes os brasileiros, como desconheciam o assalto que era dado à *história historizante*, concepção única que continuavam a exercitar, alheios ao levantar da História acima da erudição pura, encaminhando-se para todas as Ciências do Homem, e dando um grande lugar “à cette histoire qui se fait sous nos yeux” [citação do primeiro número dos *Annales*], e substituindo os velhos métodos artesanais de outrora, por novos métodos de prospecção e invenção.

A crise da História não chegara à consciência dos historiadores brasileiros, haja vista que nenhum deles se preocupou ou meditou profundamente sobre os problemas conceituais e metodológicos da História, sobretudo ante o impacto do progresso científico do mudo contemporâneo. De outro lado, pôde constatar-se também, de modo claro, a própria perda da orientação original do Instituto Histórico.

O resultado óbvio desse alheamento e do distanciamento das fontes primárias foi a produção de uma História do Brasil, erudita e diletante, operando quase sempre no campo da história política, fática por excelência, e tendo apenas a biografia ou os manuais com generalizações de segunda mão, como forma de apresentação dos trabalhos. De tal maneira que acabou por praticar-se no Brasil, sob a égide dos Institutos Históricos, sobretudo daqueles Estaduais, uma historiografia sem qualquer significação científica.³⁰

Mesmo entre as Faculdades de Filosofia, a partir de 1930, o cenário seria semelhante, pois a vinda de professores estrangeiros constituiria “exemplo isolado”.³¹

O juízo não se refere, como está posto, ao período que estudamos. No século XIX, a orientação factual, documental, das pesquisas eruditas estaria em compasso com a época. É importante a crítica às limitações e insuficiências daquelas práticas enquanto formadoras do trabalho do historiador, bem como a avaliação do caráter negativo de sua permanência na historiografia brasileira, como uma tradição que já deveria ter-se esgotado. Ao que responde Alice P. Canabrava:

Com referência à Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen, gostaríamos de lembrar que devemos à História historizante numerosas obras fundamentais sobre o nosso passado, que permanecem insubstituíveis como instrumentos de trabalho para o pesquisador. O tardio estabelecimento entre nós do ensino superior das Ciências Sociais retardou a tomada de consciência quanto aos problemas conceituais e metodológicos propostos pela “nova” História defendida pela *Revue de Synthèse Historique* e pelos *Annales*.

³⁰ *Anais, op. cit.*, p. 37-38.

³¹ “Na quase totalidade dos estabelecimentos que, aliás, proliferaram, os professores foram recrutados entre os eruditos locais, sem mesmo a formação universitária específica. Sobretudo os professores de História do Brasil, catedráticos de primeiro provimento, que permaneceriam muitos por mais de 20 anos, foram recrutados entre os membros dos Institutos Históricos e das Academias de Letras, não apenas totalmente despreparados como portadores de uma orientação superada” (*Anais, op. cit.*, p. 38).

A História apresentada pelos eruditos fez muito menos mal à [s] nossas letras históricas que a dos amadores.³²

Por sua vez, em seus comentários à exposição de Canabrava, Emília Viotti da Costa identifica no IHGB uma primeira grande corrente historiográfica brasileira no Oitocentos, “produzindo uma historiografia de elite escrita para um público que não ultrapassa de muito os seus próprios limites. Reconhecem-se nessa historiografia duas tendências que ora correm paralelas, ora se fundem: uma, eminentemente erudita, influenciada pelas correntes de erudição européias, valorizando a exegese de textos que teve seu expoente na obra de Varnhagen, outra mais retórica ou discursiva, gênero Pereira da Silva”.³³

Até esse momento de nossa análise, o confronto história erudita oitocentista (“tradicional”, “positivista”) X história novecentista (“história-problema”, cujo fundamento seria a ligação com as demais ciências sociais) é uma interpretação recorrente na história da historiografia. Convém-nos destacar algumas linhas de continuidade, porém, que transferem, mesmo para os historiadores associados exemplarmente a uma historiografia “moderna”, os fundamentos eruditos da historiografia oitocentista. Vimos como Capistrano de Abreu, o marco da historiografia “moderna” brasileira, malgrado sua evidente originalidade, foi, em vários aspectos, um continuador e um cultivador das práticas eruditas da geração que lhe precedeu, notadamente de Varnhagen, com que sua obra mantém, virtualmente, um diálogo constante. O mesmo talvez valha para Sérgio Buarque de Holanda (novamente, reconhecendo sua originalidade). Sua dívida com o historicismo alemão por vezes transforma-se em defesa da historiografia dita “positivista”.³⁴ Na realidade, cremos que o caso da historiografia de São Paulo talvez forneça um contraponto interessante à interpretação historiografia moderna X historiografia tradicional (esta última, no caso brasileiro, identificada aos institutos históricos). Considerando alguns textos pioneiros de história da historiografia também enquanto tentativas de estabelecer um cânone da historiografia brasileira, devemos observar que essa historiografia “tradicional” não está

³² *Anais, op. cit.*, p. 48.

³³ *Anais, op. cit.*, p. 51-52. “A segunda corrente historiográfica também do século XIX que marcou profundamente a historiografia brasileira”, segundo a autora, foi a da geração de 1870.

³⁴ Como acreditamos ser o caso de seu texto sobre Ranke: “O atual e o inatual em Leopold von Ranke”. In: ____ (Org.), *Ranke*. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 8, 1979.

obrigatoriamente excluída do cânone, e este não se ergue, necessariamente, em oposição a ela. Em São Paulo, isso se dá, principalmente, em função da figura de Afonso d'Escragnole Taunay (1876-1958). Taunay, ex-aluno de Capistrano de Abreu e um de seus mais profícuos correspondentes, foi professor de Sérgio Buarque de Holanda e seu antecessor no Museu Paulista. Sua contribuição à historiografia é muito valorizada em “O Pensamento Histórico no Brasil nos Últimos 50 Anos” (1951),³⁵ de Sérgio, e em “Os Estudos Históricos no Brasil” (1951), de Astrogildo Rodrigues de Mello (com menos intensidade), então professor da universidade de São Paulo.³⁶ Como também será por Eurípedes Simões de Paula, da mesma instituição, em “Algumas Considerações sobre a Contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a Historiografia Brasileira”.³⁷

Cremos que, no caso específico de Sérgio Buarque (como para Jean Glénisson), a erudição reaparece como parte dos fundamentos do trabalho do historiador, conquanto nunca devesse ser sua preocupação exclusiva. É nesse sentido que entendemos que Sérgio Buarque se expressa, quando escreve, em texto de 1952:

A reação contra o fetichismo dos “fatos”, que até o começo deste século distinguiu certa historiografia simploriamente positivista levou muitos autores a desdenhar a noção de que os estudos históricos não de fundar-se, sob pena de morte, em ampla base documental. Importa ter em conta, em todo caso, que a colheita, a arrumação, a depuração, a *toilette* dos documentos, representa em realidade uma fase primeira e insubstituível para aqueles estudos. Que o historiador não há de ser um ente perfeitamente passivo diante do “acontecimento”, admitiam-no aliás os próprios positivistas quando cuidavam de erigir sobre princípios supostamente científicos a sua crítica das fontes. Havia, entretanto, uma íntima incongruência entre essa admissão e o corpo de idéias a que se cingiam. O princípio dominante e a própria razão de ser de seu método crítico estribava-se na ambição de ver apagar-se o historiador diante dos acontecimentos, que foi, mal entendida, é preciso dizê-lo, a ambição de Ranke, antes de vulgarizar-se.

É nisto que semelhante método já se acha hoje consideravelmente ultrapassado. Ultrapassado, não certamente pelas doutrinas que afirmam, contra a prepotência dos “fatos”, a

³⁵ Publicado originalmente no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1951, e reproduzido em EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira. *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 601-615.

³⁶ MELLO, Astrogildo Rodrigues de. “Os Estudos Históricos no Brasil”. *Revista de História*, n. 6, 1951.

³⁷ In: *Revista de História da USP*, número 18 (88), outubro/dezembro, 1971, p. 431. Taunay é um dos “mestres nacionais”, segundo Eurípedes, fundamentais nos começos do curso de Geografia e História da Universidade de São Paulo.

preeminência de esforços interpretativos mais ou menos caprichosos, ou do puro eruditismo e do simples ensaísmo (...). Mas, isto sim, pela valorização do mister do historiador, na medida em que não se limite a registrar, mas cuide principalmente de elaborar, animando-os, os dados materiais que formam a ossatura da história.³⁸

Desde o final dos anos 1960, início dos anos 1970, o crescimento dos estudos sobre história da historiografia brasileira contemplou a erudição, de modo crítico (e inclusive genético), sem a marca negativa *a priori* que o conceito chegou a ter. Estudos de historiografia realizados em outros centros também contribuíram para essa reavaliação (além do já mencionado Arnaldo Momigliano, o estudo de François Hartog sobre Fustel de Coulanges também merece destaque³⁹). De modo que, no momento, o que é interessante destacar é a possibilidade de estudo da erudição na historiografia brasileira a partir da memória estabelecida já no final do século XIX. Não para cristalizar essa memória, ou, por meio dela, erigir um novo cânone, mas enquanto sugestão para se recuperar a prática de autores tidos como exemplares por seus contemporâneos e pelas gerações seguintes, de fins do XIX, começo do XX. Joaquim Caetano da Silva talvez seja o principal caso. Sua produção, dispersa em obras dedicadas a questões pontuais e análises de documentos, principalmente no âmbito das questões de limites da diplomacia oitocentista, talvez mereça reconsideração nesse momento dos estudos sobre a historiografia brasileira.

³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, pp. 61-62. O autor esclarece, na *Apresentação*, que este texto foi originalmente publicado em 1952.

³⁹ *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.